



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE –
FANESE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO-SENSU
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EMPRESARIAL E INTELIGÊNCIA
ORGANIZACIONAL**

JOÃO OTAVIO CARVALHO CARDOSO

**EMPREENDEDORISMO RURAL: AGRONEGÓCIO, UMA
FERRAMENTA IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO PAÍS**

Aracaju/SE

2016

JOÃO OTAVIO CARVALHO CARDOSO

**EMPREENDEDORISMO RURAL: AGRONEGÓCIO, UMA
FERRAMENTA IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO PAÍS**

Trabalho apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe como exigência para obtenção do título de especialista em Gestão Empresarial e Inteligência Organizacional.

Aracaju/SE

2016

JOÃO OTAVIO CARVALHO CARDOSO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Empresarial e Inteligência Organizacional.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Avaliador

Coordenador de Curso

Aluno

RESUMO

O empreendedorismo no contexto rural favorece a sustentação da economia nacional, para tanto tem se transformado em programas de incentivos ao desenvolvimento do empreendedor rural. O seguinte artigo tem por objetivo apresentar a importância do empreendedorismo rural, com foco na importância do desenvolvimento do agronegócio para a economia brasileira. Em virtude do crescimento acelerado, a importância do agronegócio para economia vem sendo de muito valor, como ferramenta para o desenvolvimento e crescimento do país, contribuindo para as conquistas, desafios e competitividade na globalização. O crescimento do PIB brasileiro tem uma forte relação nos resultados do agronegócio, e este depende de mudanças estruturais e políticas de incentivo para auxiliar este crescimento. Assim, ao decorrer do tema serão analisados os aspectos pertinentes ao agronegócio e seu impacto sobre o desenvolvimento do país. O tema se justifica pela importância desse assunto no cenário socioeconômico do país. Seu objetivo principal é a descrição e compreensão do agronegócio brasileiro através da visão empreendedora. Trata-se de um estudo descritivo qualitativo, que demonstra o cenário e a importância do agronegócio brasileiro para o desenvolvimento econômico do país. Esta análise é um estudo teórico por meio do levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica foi fundamental para dar um embasamento teórico e analisar o conjunto de mudanças que ocorre no setor agropecuário, onde o produtor precisa desenvolver competências e características empreendedoras, contribuindo para o meio rural, e posteriormente para o país.

Palavras-chave: Empreendedorismo Rural - Desenvolvimento - Agronegócio.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária

CNT - Confederação Nacional do Transporte

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento em Transportes, ligada ao Ministério dos Transportes

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MPE – Micro e Pequenas Empresas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIB - Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

RENAI - Rede Nacional de Informações sobre o Investimento.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas

SENAR –Serviços Nacional da Aprendizagem Rural

UNCTAD– Sigla em inglês para Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

RESUMO.....	
1 INTRODUÇÃO.....	07
2 CAPITULO I – EMPREENDEDORISMO, EMPREENDEDOR E EMPREENDEDORISMO RURAL.....	09
2.1 Conceitos e características: Empreendedor e Empreendedorismo.....	09
2.2 O Empreendedorismo Rural no Brasil.....	10
2.2.1 Administração do empreendimento Rural.....	12
2.2.2 Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional.....	14
3 CAPITULO II – AGRONEGÓCIO.....	16
3.1 Conceitos e características: Agronegócio.....	16
3.2 Histórico e evolução do agronegócio no Brasil.....	18
3.3 Perspectivas para o agronegócio brasileiro.....	20
3.3.1 Plano de medidas do Ministério da Agricultura Agro+.....	20
3.4 Importância econômico-social do agronegócio no Brasil.....	21
3.5 Desafios do agronegócio no Brasil.....	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	31
ABSTRACT.....	34

1 INTRODUÇÃO

Atualmente temas atrelados ao empreendedorismo e a cadeias produtivas têm merecido destaque em estudos no âmbito acadêmico, sendo objetos de intensas discussões acerca de suas efetivas noções. Entretanto, se percebe a ausência de consolidação conceitual sobre tais temas, tratando-se, portanto, de significados em disputa. Pode-se acrescentar que o empreendedorismo tem sido abordado de diferentes formas ao longo de sua história. Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de que o tema tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas das ciências humanas: Economia, Administração, Psicologia, Sociologia, dentre outras. Ou seja, considera-se um campo de pesquisa recente, com suas bases teóricas e empíricas ainda em construção, apresentando uma série de aspectos pouco claros, porém férteis, pois novos parâmetros e estudos surgem de modo permanente. Sendo assim, o seguinte artigo tem por objetivo apresentar a importância do empreendedorismo rural, com foco no desenvolvimento do agronegócio para a economia brasileira.

Atualmente, tem-se observado uma tendência a adoção de sistemas econômicos ancorados em negócios altamente produtivos. O empreendedorismo é um dos movimentos mais importantes da história recente, e se consolida nas ações empreendedoras que viabilizam que os trabalhadores rurais introduzam produtos e serviços inovadores, ampliando assim, as fronteiras tecnológicas e criando novas formas de trabalho abertos a novos mercados locais e globais.

O empreendedorismo passa a ser grande fonte para se fomentar agentes nas diversas atividades que o espaço agrário proporciona. Que se soma às questões que envolvem, desde a sobrevivência das pessoas que vivem nesse espaço até a produtividade, a rentabilidade e a competitividade que possam ser geradas pelas empresas rurais.

O empreendedorismo rural pode ser considerado como uma das alternativas para a agropecuária. A situação que se busca é contar com empresas “comerciais” no campo, ou seja, aquela que pratica a compra e venda de produtos e serviços, através do ato de comércio e tendo por objetivo o lucro. Para tanto, o produtor rural precisa desenvolver as necessárias competências empresariais e desenvolver características empreendedoras. Tais competências podem contribuir para o desenvolvimento econômico, levando em consideração os seus valores, modo de pensar e agir desses empreendedores.

O presente trabalho considera como empreendedor rural aquele que criou uma empresa no setor agropecuário, está dando sequência a um empreendimento familiar, enfim

está atuando em algum ramo do agronegócio buscando alternativas inovadoras, fazendo com que os negócios sobrevivam e prosperem em ambiente econômico e de mudanças.

O fortalecimento do agronegócio pode ajudar a solucionar vários problemas sociais brasileiros, como a fome, o êxodo rural, a violência, etc. Este fortalecimento pode ser obtido através de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, oportunizando inovações tecnológicas e tornando-o mais eficiente e competitivo. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é apresentar um estudo sobre a evolução do empreendedorismo rural para o desenvolvimento sócio econômico do país, um estudo sobre o agronegócio. Diante das peculiaridades do contexto de análise (meio rural) o estudo se justifica, e para os pesquisadores o interesse vai além da contribuição e aprendizado acadêmico. Para o contexto acadêmico, é importante, uma vez que o empreendedor rural e a sociedade podem verificar a importância de empreender no meio rural através do agronegócio. Desse modo, esse artigo tem como objetivo geral a descrição e compreensão do agronegócio brasileiro através da visão empreendedora. Com a finalidade de atingir o objetivo geral, delinear-se os objetivos específicos que norteiam esse trabalho: verificar a importância do empreendedorismo como ferramenta de inovação para o agronegócio; identificar a necessidade de empreender no meio rural, despertando para o agronegócio; analisar os benefícios e desafios que o agronegócio traz para o desenvolvimento econômico do país. A fim de atender ao problema de pesquisa e aos objetivos, foram empregadas as seguintes estratégias de pesquisa, quanto aos procedimentos técnicos: o levantamento bibliográfico em livros, periódicos e sites especializados. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa classifica-se como descritiva. Quanto a forma de abordagem do problema, realizou-se a pesquisa qualitativa. A obtenção dos dados necessários ao desenvolvimento de ferramentas inovadoras para empreender no ambiente rural, foi feita através de pesquisa bibliográfica em literatura de referência no tema, a levantar informações que confirmem o crescimento econômico através do agronegócio.

O trabalho está assim estruturado: O Capítulo I aborda sobre a fundamentação teórica do Empreendedorismo Rural, conceituando empreendedorismo, características do empreendedor e empreendedor rural. O Capítulo II discorre sobre Agronegócio; Perspectivas; Importância econômico-social e Desafios do agronegócio no Brasil. A consideração final demonstra a teoria descrita e a necessidade de continuidade de estudo, pesquisa para a melhoria do empreendedorismo no meio rural com foco nas habilidades do empreendedor, e o crescimento do agronegócio no momento socioeconômico do país.

2 CAPITULO I – EMPREENDEDORISMO, EMPREENDEDOR E EMPREENDEDORISMO RURAL

2.1 Conceitos e características: Empreendedor e Empreendedorismo

No mundo contemporâneo, as mudanças são cada vez mais constantes e incertas provocando competições mais acirradas em um ambiente desafiador. A sociedade tem procurado operar com uma diversidade de modelos de trabalho, fazendo surgir diferentes tipos de atores sociais atuando em mercados locais, regionais, globais e até mesmo internacionais. Frente a essa diversidade de contexto, motivação surge nesse cenário à figura do empreendedor e como sua ação, o empreendedorismo.

Segundo Falcone (2005), o empreendedorismo, enquanto conceito faz parte da experiência humana desde a criação do homem, mas apenas nos últimos dois séculos passaram a ser estudado de maneira formal, e somente há 50 anos passou a ser objeto de interesse científico significativo, ou seja, empreender faz parte da natureza humana desde os primórdios, e as suas características são as suas competências gerando assim interesse acadêmico.

O empreendedorismo é visto como criação e ocasiona a distribuição de valor, gerando benefícios socioeconômico: para o próprio indivíduo, organizações e sociedade.

Percebe-se na afirmação dos autores abaixo, que o empreendedorismo relaciona a estabilização do empreendimento e o retorno monetário associados à satisfação pessoal.

Quadro 1 – Desenvolvimento dos conceitos de empreendedorismo e do termo empreendedor.

Data	Autor	Definição
1961	David McClelland	Alguém dinâmico que corre riscos moderados.
1964	Peter Drucker	O empreendedor maximiza oportunidades.
1975	Albert Shapero	O empreendedor toma iniciativa, organiza alguns mecanismos sociais e econômicos, e aceita riscos de fracasso.
1980	Karl Vesper	O empreendedor é visto de forma diferente economistas, psicólogos, negociantes e políticos.
1983	Gifford Pinchot	O intra-empreendedor é um empreendedor que atua dentro de uma organização já estabelecida.
1985	Robert Hisrich	O empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal.

Fonte: Adaptado de Hisrich e Peters (2004).

Em resumo, o Quadro 1 revela que o conceito de empreendedorismo vem se aprimorando ao longo dos anos, e as características sobre o empreendedor vêm sendo identificadas. Um dos perfis do empreendedor é saber lidar com os riscos moderados ou até mesmo calculados, detecta oportunidades, cria um negócio ou atua dentro de uma organização, sua visão é global e estrategista.

O empreendedor tem papel fundamental na sociedade, seja numa empresa privada ou numa administração de organizações sem fins lucrativos. Com isso pode-se perceber que o empreendedor passa a atuar por sentimento de satisfação pessoal sendo considerado como uma pessoa motivada, ou seja, possui satisfação pelos resultados obtidos em suas ações.

Assim, diante dessas observações, compreende-se que a determinação e necessidade de autorrealização do indivíduo podem levar ao estabelecimento de um novo negócio.

Fica evidente que o empreendedor é mencionado como alguém que consegue realizar seus desejos, obter sucesso e se sair sempre bem.

Algumas características diferenciadas e comumente encontradas nos empreendedores: criativas, que tem metas estabelecidas para atingir seus objetivos, mantêm postura e consciência no ambiente e nas pessoas que convive, está sempre buscando conhecimento e aprendizagem, consegue desenvolver suas habilidades, as decisões tomadas são de riscos moderados, está sempre inovando com suas ideias, imagina e realiza suas visões. Outro ponto relevante é que não se pode avaliar uma pessoa e afirmar que ela vai ser bem-sucedida enquanto empreendedor ou não, mas pode-se dizer se essa pessoa possui características mais comumente encontradas nos empreendedores.

Os empreendedores são indivíduos internamente motivados para atuar em seus negócios com autoconfiança, mais desejosos de independência e autonomia, características que pessoas não empreendedoras possuem. São pessoas que possuem predisposição para o progresso, acredita na capacidade do homem em construir o próprio destino e encara situações difíceis como desafios. Outros autores afirmam que um empreendedor, originalmente são pessoas que gostam de assumir responsabilidades com tomada de decisões e que não gostam da rotina e repetição das atribuições.

2.2 O Empreendedorismo Rural no Brasil

O Brasil rural tem sofrido grandes transformações tecnológicas, sociais, econômicas e políticas nos últimos anos, o que tem tornado o agronegócio brasileiro um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Pouco se tem discutido sobre a questão empreendedora no

contexto rural, embora o setor seja um dos principais responsáveis pela sustentação da economia nacional.

O empreendedorismo possibilita a geração de emprego, e como consequência o desenvolvimento rural no Brasil. Nesse contexto, o Brasil rural precisa ser visto de maneira diferente, não apenas como aquele espaço voltado à atividade agropecuária, mas como uma nova dimensão socioeconômica, cuja principal inovação ocorre pela oferta de bens considerados como não tangíveis de novos produtos. Essas mudanças trazem consigo um conjunto de exigências sobre o agente no processo de decisão-ação, quer seja na condução do negócio agropecuário, quer na exploração de novas oportunidades que surgem a partir de uma nova dinâmica nas relações cidade-campo e campo-cidade.

Pode-se considerar alguns componentes essenciais para o empreendedorismo rural: uso do poder de compra; interiorização das políticas de desenvolvimento das MPE rurais (fundamental para o desenvolvimento equilibrado dos territórios); acesso ao crédito; apoio ao associativismo, cooperativismo e da economia solidária; políticas de qualidade e produtividade das MPE; acesso a infraestrutura; acesso à inovação em tecnologias e processos, os segmentos que participam desse processo: agroindústria, agricultura de sequeiro, agricultura irrigada, pecuária, pesca e aquicultura, atividades não agrícolas no espaço rural: indústrias auxiliares das atividades agrícolas, artesanato, ecoturismo e turismo rural e reciclagem.

Para que isso se concretize e se tenha bons resultados é necessário que o produtor rural seja um bom gerente, saiba aplicar bem os recursos, entenda sobre legislação, meio ambiente e tecnologia, pois estes entre outros fatores fazem parte de uma boa gestão.

Hoje, vários gestores brasileiros acreditam que a solução para muitos problemas sociais brasileiros (desemprego, inclusão social, habitação, melhorias na qualidade de vida), pode estar no meio rural. Destacam-se alguns estados brasileiros mais empreendedores no meio rural: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Conforme Souza (1992), a atividade agrícola possui características próprias que a diferencia das outras atividades econômicas pertencentes a outros setores da economia. Essa diferenciação se dá tanto pelos aspectos relativos à natureza da produção quanto pelas relações e interdependências no contexto do agronegócio entre fornecedores, compradores e o protagonista da produção, que é o produtor rural. A produção pode depender da sua tomada de decisão, assim como a qualidade do alimento que chega até a mesa do consumidor final.

A grande maioria dos agricultores não escolhe sua profissão, ela vem como um legado, transcendendo de geração em geração, carregada de uma forte afetividade em relação à terra herdada dos avós, dos pais e transmitidas aos filhos. Esses aspectos não têm mudado para os agricultores, mas o que preocupa são as mudanças em relação às exigências nas tomadas de decisões e ações na condução do agronegócio. Caso essas exigências impostas ao produtor, notadamente pelo mercado, não sejam atendidas, a sobrevivência da atividade agrícola pode ficar comprometida.

Segundo Cella e Peres (2002), o objetivo primordial do produtor rural é permanecer no campo, ou seja, dentro do agronegócio, mantendo a ideia básica de maximização dos lucros. Para que esse objetivo seja alcançado em tempos de globalização, se faz necessário que o produtor rural seja empreendedor e utilize as ferramentas administrativas o mais corretamente possível.

O meio rural brasileiro tem que se preocupar cada vez mais com as mudanças econômicas que estão ocorrendo, tanto a nível nacional como internacional, e para acompanhar estas inovações torna-se necessário a organização dos processos administrativos nas propriedades. O produtor rural precisa desenvolver uma visão administrativa especializada com enfoque gerencial para organizar e administrar o seu sistema de produção. Diante disso, a capacitação dos produtores rurais no, que diz respeito a administração das propriedades, tornou-se ferramenta capaz de oferecer aos produtores subsídios administrativos para adoção ou planejamento de implantação de novas tecnologias.

Juntamente com as recentes pesquisas, o empreendedorismo rural, tem se transformado em programas de incentivo ao desenvolvimento do empreendedor rural. Um exemplo é o programa Empreendedor Rural, uma iniciativa do SENAR –Serviços Nacional da Aprendizagem Rural em parceria com o SEBRAE e federações de agricultores, sindicatos rurais e prefeituras (Empreendedor Rural, 2007).

2.2.1 Administração do empreendimento Rural

Estamos chamando de empresa rural o complexo família-fazenda, cujos recursos são dedicados à produção agropecuária, sem necessariamente assumir personalidade jurídica. O objetivo do proprietário-operador desta unidade produtiva (empresário) é maximizar o valor presente do patrimônio líquido da empresa. Em geral o proprietário é o empresário. Mas este termo representa a unidade de tomada de decisão que pode ser o fazendeiro, sua esposa, qualquer dos filhos ou sócios, ou uma combinação destes. E, em última instância, aquele que

assume a responsabilidade pelas consequências das decisões normalmente trabalha com membros de sua família nas tarefas comuns da fazenda, pelo menos parcialmente.

A literatura nos conta que as primeiras preocupações na área da administração rural surgiram nos Estados Unidos e na Inglaterra, juntamente com o processo de modernização da agricultura. Os economistas e os agrônomos foram os primeiros a atuarem nesta área. Mais tarde outros países, como a França também se interessaram por esta questão. Também começaram as preocupações com relação à mercadologia, política agrícola, estrutura das propriedades rurais, etc. No Brasil a maioria das propriedades ou fazendas é administrada pelo proprietário ou por algum membro de sua família, que geralmente não possuem a qualificação necessária para a função.

A maior parte das empresas rurais ainda é transmitida de pais a filhos através de heranças. Esta repartição geralmente representa em custos causando consequências econômicas e financeiras. Transmissões por herança tendem a ocorrer em fases de relativa estabilidade, conseguida após muitos anos de experiências administrativas do proprietário. Com a divisão geralmente o novo proprietário encontra dificuldades na parte administrativa por falta de experiência.

A família tem seguramente influência nas decisões administrativas, de sorte que a separação das funções administrativas das demais na empresa rural é tão simples quanto fora do setor agrícola.

Na maioria dos casos, entre herdeiros, resulta em uma redução no tamanho da empresa de cada um. Uma vez dividida, cada parte tenta sobreviver como empresa independente, iniciando assim novo ciclo. Nas condições atuais, a sobrevivência e o crescimento da empresa rural dependem em grande parte da capacidade empresarial.

Atualmente, a área técnica está recomendando tratar a propriedade rural como empresa rural, principalmente como forma de valorização da atividade, porém existem diferenças que devem ser levadas em considerações na parte administrativa.

Ao planejar suas atividades o administrador da empresa rural, estará reduzindo a margem de erros e racionalizando o processo, alcançando resultados satisfatórios ou estabelecidos de acordo com a sua necessidade e realidade. Inserido neste contexto o administrador necessita enxergar seu empreendimento de forma sistêmica, analisando o contexto existente de fora para dentro, permeando as relações entre o seu negócio e o ambiente identificando obstáculos, caminhos, oportunidades e ameaças.

A agricultura moderna exige empreendedor rural com conhecimento em administração e finanças, pois com a globalização, fenômeno derivado da ciência e das tecnologias modernas, está aumentando a competição nos mercados, inclusive nos da agricultura. Com o aumento dessa competição e conseqüente redução das margens de lucro, as empresas têm que procurar formas administrativas mais eficientes para continuarem no mercado ou para crescer.

O bom empreendedor rural precisa ter atitudes proativas, na gestão dos recursos próprios e também na busca de recursos financeiros junto a terceiros, tendo habilidades para negociar prazos e valores com os agentes financeiros do mercado. A viabilidade e a implantação de estratégias produtivas, comerciais e de recursos humanos, necessitam de um sistema financeiro controlado, que possibilite ao empreendedor rural trabalhar dentro de um horizonte orçamentário planejado.

2.2.2 Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional

O empreendedorismo deixou de ser uma atividade vista como urbana ou dos grandes centros econômicos e comerciais e passa a estar presente com toda força, também no meio rural, apesar do pensamento equivocado a respeito da economia rural como se ela pudesse se restringir à agropecuária e, na melhor das hipóteses, ao agronegócio, pois ferramentas para a profissionalização já está ao alcance de todos, basta a utilização correta e a vontade de mudar.

As atuais políticas de emprego e de dinamização da economia colocam ênfase no fomento da cultura, empresarial, ou seja, no espírito empreendedor como uma das principais vias para atacar o problema do desemprego e da revitalização empresarial.

As “novas ruralidades”, define o autor, aproveitam e expandem novas funções e atividades no campo, integrando e envolvendo as famílias rurais e o resgate do patrimônio cultural local em conjunto com o poder público e a iniciativa privada. É a conhecida pluriatividade do campo, como é classificado esse novo momento no meio rural brasileiro (Silva, 1997)

Com a globalização surge uma crescente competitividade, o que tem provocado à necessidade de se rever paradigmas de gestão e formas de inserção num ambiente turbulento e mutável que influencia todos os setores da economia, e também os empreendimentos rurais. Nessas atividades, o tradicionalismo reinante pode ser considerado um fator de (in) sucesso de acordo com as práticas de gestão adotadas, principalmente àquelas ligadas as pessoas e suas relações sociais.

O produtor rural passou a ser um empreendedor e prestador de serviços, trabalhando diretamente na fabricação e comercialização de seus produtos. A relevância desse tipo de atividade pode ser constatada, na medida em que isto se reverte em novas oportunidades de trabalho e renda, pois, nesses casos, a economia local é ativada através da diversificação de novas formas de trabalho no campo.

As novas atividades rurais estão modificando a mentalidade do empreendedorismo rural, provocando uma clara mudança do modo de encarar a pluriatividade no campo, enquanto que no passado as atividades não-agrícolas não eram consideradas como fatores relevantes para o aumento da geração de renda e do nível de emprego no campo.

Pode-se dizer que o desenvolvimento rural passa a se configurar como uma alternativa para mudar o rumo dos processos de desenvolvimento se utilizando novos meios para enfrentar a desigualdade e promover a sustentabilidade.

Este novo momento do meio rural brasileiro faz com que a pluriatividade seja uma estratégia altamente positiva para a manutenção das famílias rurais no campo, de maneira digna e sustentável, diminuindo o fluxo migratório da população do campo rumo à cidade. Esta mão-de-obra passa a trabalhar em atividades com maior nível de remuneração, onde são agregados novos valores de produção e consumo, trazendo benefícios reais à geração de emprego e renda no campo. A capacitação faz parte desse processo, como em qualquer setor da economia em geral, a educação tem o papel de criar condições não só para o entendimento da realidade, mas das formas como interagir com ela e da avaliação dos resultados desta interferência.

Conforme a literatura três fatores principais fundamenta o desenvolvimento econômico: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. O empresário inovador é capaz de empreender um novo negócio, mesmo sem ser dono do capital. A capacidade de empreender está relacionada as habilidades do indivíduo, aos seus valores e modo de pensar e agir.

A corrida tecnológica exigida pelo agronegócio impõe uma especialização das fazendas, que logo torna redundante a maior parte da mão-de-obra não qualificada, aumentando o êxodo rural.

O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços.

Há muitas possibilidades reais e emergentes de geração de renda para a população rural, porém há necessidade de melhoria na implementação de políticas públicas.

O fortalecimento das representações locais oferece uma nova perspectiva para o desenvolvimento rural, e descentralizadas permitem um enfoque regional, que leva em consideração a medida do desenvolvimento e soluções localmente compatíveis. Em conjunto, entidades do governo local podem se constituir na força motora dos esforços de desenvolvimento.

E Abramovay (2003) coloca que é nos territórios – urbanos ou rurais – que podem ser implantadas as políticas voltadas a mobilizar as energias necessárias a que a pobreza seja significativamente reduzida, por meio do fortalecimento do empreendedorismo rural de pequeno porte. A vitória sobre a pobreza depende, antes de tudo, do aumento das capacidades produtivas e da inserção social em mercados dinâmicos e competitivos dos milhões de famílias cuja reprodução social se origina em seu trabalho “por conta própria”.

O grande desafio das políticas de desenvolvimento territorial é melhorar as capacidades produtivas e as condições de acesso aos mercados dos empreendedores de pequeno porte, cujo objetivo básico é estimular um ambiente em que a cooperação social localizada amplie o poder competitivo dos que hoje se encontram em situação de pobreza, abrindo o caminho para inovações tecnológicas e organizacionais.

Segundo Zuin e Queiros (2006) a cultura do empreendedorismo é considerada por muitos como a saída mais viável para resolver o problema do desemprego e da miséria no campo e na zona urbana. É certo também que para a implantação e frutificação dessa cultura, haverá necessidade da criação e adequação de políticas públicas para suportar os investimentos iniciais dos negócios, de programas de capacitação específicos, segundo a vocação de cada região do país e da parceria da educação na formação de cidadãos empreendedores desde as primeiras séries do ensino fundamental. Desta forma, se esta ajuda inicial for bem planejada e implantada, poderá refletir diretamente no desenvolvimento econômico e social do país, por meio do aumento dos postos de trabalho, da melhoria na qualidade de vida das pessoas e do menor gasto público com segurança urbana e rural.

3 CAPITULO II – AGRONEGÓCIO

3.1 Conceitos e características: Agronegócio

A definição correta de agronegócio é muito mais antiga do que se imagina e incorpora qualquer tipo de empresa rural. Em 1957, Davis e Goldberg, dois pesquisadores americanos

reconheceram que não seria mais adequado analisar a economia nos moldes tradicionais, com setores isolados que fabricavam insumos, processavam os produtos e os comercializavam. No entanto, sua popularização ocorreu a partir da década de 1970.

Neste caso, o agronegócio consiste na rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Foi, então, definido como o conjunto de empresas que produzem insumos agrícolas, as propriedades rurais, as empresas de processamento e toda a distribuição. Este conceito procura abarcar todos os vínculos intersetoriais do setor agrícola, deslocando o centro de análise de dentro para fora da fazenda, substituindo a análise parcial dos estudos sobre economia agrícola pela análise sistêmica da agricultura.

No Brasil, essa abordagem sistêmica foi utilizada explicitamente por Araújo, Wedekin e Pinazza (1990, p.238), com a finalidade de levantar as dimensões básicas do agribusiness brasileiro. Estes autores concluíram que o agribusiness brasileiro representava 46% dos gastos relativos ao consumo das famílias, o que correspondia ao equivalente a 32% do PIB brasileiro em 1980. Então, o agronegócio é toda relação comercial envolvendo produtos agrícolas.

A produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, baseada no plantio ou na criação de rebanhos e em grandes extensões de terra, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos. Este tipo de produção agrícola também é chamado de agribusiness ou agrobusiness. (WIKIPÉDIA, 2016).

O conceito de agronegócio implica, então, na ideia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência. A agricultura moderna, mesmo a familiar, extrapolou os limites físicos da propriedade. Depende cada vez mais de insumos adquiridos fora da fazenda e sua decisão de o que, quanto e de que como produzir, está fortemente relacionado ao mercado consumidor, existindo diferentes agentes no processo produtivo, inclusive o agricultor, em uma permanente negociação de quantidades e preços.

O agronegócio pode ser dividido em três etapas:

1° - Produtores rurais: detentores de pequenas, médias ou grandes propriedades onde há a produção rural.

2° - Fornecedores de insumos rurais: fabricantes de máquinas rurais, fornecedores de pesticidas, sementes, equipamentos, etc.

3° - Processamento, distribuição e comercialização: frigoríficos, distribuidoras de alimentos, indústrias, supermercados, entre outros.

3.2 Histórico e evolução do agronegócio brasileiro

A história econômica brasileira, com suas implicações sociais, políticas e culturais, tem fortes raízes junto ao agronegócio. Foi à exploração de uma madeira, o pau Brasil, que deu nome definitivo ao nosso País. A ocupação do território brasileiro, iniciada durante o século XVI e apoiada na doação de terras por intermédio de sesmarias, monocultura da cana-de-açúcar e no regime escravocrata, foi responsável pela expansão do latifúndio. Antes da expansão deste sistema monocultor, já havia se instalado no país, como primeira atividade econômica, a extração do pau-brasil.

A extinção do pau-brasil coincidiu com o início da implantação da lavoura canavieira, que durante esse período serviu de base e sustentação para a economia. O processo de colonização e crescimento está ligado a vários ciclos agroindustriais, como a cana-de-açúcar, com grande desenvolvimento no Nordeste; a borracha dá exuberância à região amazônica, transformando Manaus numa metrópole mundial, no início do século, logo depois, o café torna-se a mais importante fonte de poupança interna e o principal financiador do processo de industrialização; mais recentemente, a soja ganha destaque como principal commodity brasileira de exportação, (RENAI, 2007). Da poupança da agricultura se instalam agroindústrias, como a do vinho e dos móveis, da carne bovina, de suínos e aves. O progresso do Sul do Brasil também está ligado ao agronegócio. A pecuária domina os pampas; a exploração da madeira nas serras e a agricultura se desenvolvem com a participação das várias etnias que compõem o mosaico populacional da região.

Em síntese, fica evidente que, a partir da década de 1930, com maior intensidade na de 1960 até a de 1980, o produtor rural passou, gradativamente, a ser um especialista, envolvido quase exclusivamente com as operações de cultivo e criação de animais; por sua vez, as funções de armazenar, processar e distribuir produtos agropecuários, bem como as de suprir insumos e fatores de produção, foram transferidas para organizações produtivas e de serviços nacionais e/ou internacionais fora da fazenda, impulsionando, com isso, ainda mais a indústria de base agrícola (Vilarinho, 2006).

O agronegócio brasileiro passou por um grande impulso entre as décadas de 1970 e 1990, com o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, proporcionando o domínio de regiões antes consideradas “inóspitas” para a agropecuária. Isso fez surgir a oferta de um grande número de produtos. O país passou então a ser considerado como aquele que dominou a “agricultura tropical”, chamando a atenção de todos os seus parceiros e competidores em nível mundial.

Atualmente, produtos oriundos do complexo de soja, carnes e derivados de animais, açúcar e álcool, madeira (papel, celulose e outros), café, chá, fumo, tabaco, algodão e fibras têxteis vegetais, frutas e derivados, hortaliças, cereais e derivados e a borracha natural são itens importantes da pauta de exportação brasileira. (Vilarinho, 2006).

O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio em 2014 representou entre 22,0% e 23,0% do PIB total da economia brasileira, com cerca de R\$ 1,1 trilhão, contra R\$ 263,6 bilhões alcançados em 2015. Em 2014 o PIB agropecuário girou R\$ 48 bilhões, e o PIB de 2015 ficou em R\$ 5,9 trilhões. As receitas com as vendas externas tiveram crescimento de 5,9% em relação ao valor registrado em 2013, quando as exportações somaram US\$ 6,4 bilhões.

Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Os números comprovam: em 1993, as exportações do setor eram de US\$ 15,94 bilhões, com um superávit de US\$ 11,7 bilhões. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Esses resultados levaram a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) a prever que o país será o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

O Brasil é um dos líderes mundiais na produção e exportação de vários produtos agropecuários. É o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, álcool e sucos de frutas. Além disso, lidera o ranking das vendas externas de soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro. As projeções indicam que o país também será, em pouco tempo, o principal polo mundial de produção de algodão e biocombustíveis, feitos a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais. Milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, além de suínos e pescados, são destaques no agronegócio brasileiro, que emprega atualmente 17,7 milhões de trabalhadores somente no campo.

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país.

3.3 Perspectivas para o agronegócio brasileiro

As perspectivas são promissoras. O Brasil detém terras abundantes, planas e baratas, como são os cerrados com uma reserva de 80 milhões de hectares, dispõe de produtores rurais experientes e capazes de transformar essas potencialidades em produtos comercializáveis e detém um estoque de conhecimentos e tecnologias agropecuárias, transformadoras de recursos em produtos.

Por qualquer ângulo que se analise o mercado, o tamanho que o Brasil adquiriu no campo do agronegócio é impressionante. Nas áreas em que o país ainda tem uma fatia pequena do comércio mundial, as evoluções devem ser muito maiores. Na suinocultura, por exemplo, de acordo com previsões dos especialistas da área, o Brasil deve quadruplicar sua participação, conquistando metade do mercado internacional. "Num futuro próximo, a suinocultura será tão importante para a balança comercial do país quanto são hoje o frango e a carne bovina". (Neto, 2007, apud Seibel, 2007).

O agronegócio é o maior negócio mundial e brasileiro. No mundo, representa a geração de US\$ 6,5 trilhões/ano e, no Brasil, em torno de R\$ 350 bilhões, ou 26% do PIB (29%, segundo a Confederação Nacional da Agricultura - CNA). A maior parte deste montante refere-se a negócios fora das porteiras, abrangendo o suprimento de insumos, o beneficiamento/processamento das matérias-primas e a distribuição dos produtos. Estes são pontos que reforçam a importância do agronegócio no Brasil, além de sua grande competitividade, utilização de alta tecnologia e geração de empregos e riquezas para o país.

Para impulsionar ainda mais esse setor, o Brasil tem realizado investimentos para o fortalecimento do agronegócio. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) objetiva elaborar mecanismos para aliar o desenvolvimento econômico e preservação ambiental através do agronegócio. Nesse sentido, estão sendo realizadas pesquisas para o desenvolvimento do mercado de agroenergia, que consiste na produção de energia através da utilização de produtos e resíduos do agronegócio.

3.3.1 Plano de medidas do Ministério da Agricultura Agro+

Em 24 de agosto de 2016, o governo anunciou medidas para reduzir burocracia no agronegócio, através do Ministério da Agricultura vai atender reivindicações de 88 entidades representativas do setor. Segundo Eumar Novacki, secretário-executivo do MAPA, "O plano Agro+ será ampliado em 60 e em 120 dias, quando novas normas e processos deverão ser simplificados".

Para garantir mais eficiência e menos burocracia, o ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) lançou o Plano Agro +, com o objetivo de transferir dinheiro da ineficiência para a eficiência, trazendo benefícios para a sociedade. O plano busca justamente otimizar os recursos para proporcionar ganhos ao setor produtivo, que poderá assim gerar mais emprego e renda ao longo da cadeia do agronegócio.

Na primeira fase do Agro + 69 medidas serão implantadas, com isso o governo atenderá reivindicações de 88 entidades representativas do agronegócio brasileiro. Segundo o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luis Rangel, as medidas elaboradas com apoio do corpo técnico do ministério analisaram 315 demandas do setor produtivo e estabeleceram 69 medidas, bem como permitirão a racionalização dos recursos financeiros e humanos da SDA, oferecendo maior agilidade ao setor produtivo.

O Agro + tem dois eixos: Modernização e Desburocratização, e o Marco Regulatório do Plano de Defesa Agropecuária. Seu maior objetivo é a redução da burocracia, que interfere na execução dos serviços.

Com o anúncio do governo, de medidas para reduzir burocracia no agronegócio, executando por meio de portarias e instruções normativas para reorganizar e fortalecer a tramitação de normas, o Mapa acelerou a implementação do Manual de Boas Práticas Regulatórias de Defesa Agropecuária, priorizou as demandas de automação desta área e deu celeridade à revisão de normativas da Defesa Agropecuária. Será estabelecida cooperação com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) para desenvolver ferramentas capazes de agilizar a troca de informações entre as autoridades sanitárias e os países importadores do agronegócio brasileiro.

Algumas medidas da Agro + para análise: Alteração da temperatura de congelamento da carne suína, de -18°C para -12°C; Revisão de regras de certificação fitossanitárias; Lançamento do sistema de rótulos e produtos de origem animal; Fim da reinspeção nos portos e carregamentos vindos de unidades com SI; Aceite de laudos digitais também em espanhol e inglês.

3.4 Importância econômico-social do agronegócio no Brasil

O agronegócio é também importante na geração de renda e riqueza do País. No aspecto social, a agricultura é o setor econômico que mais ocupa mão-de-obra, ao redor de 17 milhões de pessoas, que somados a 10 milhões dos demais componentes do agronegócio, representa 27 milhões de pessoas, no total. É o setor que ocupa mais mão-de-obra, também,

em relação ao valor de produção: para cada R\$ 1 milhão, o número de ocupados, em 1995, era de 182 para a agropecuária, 25 para a extração mineral, 38 para a construção civil.

Neste caso, mesmo reconhecendo os benefícios da transformação de uma sociedade agrária para uma industrial-urbana, não se pode esquecer que esta tem capacidade limitada de absorver mão-de-obra. Principalmente, em regiões menos desenvolvidas, os setores da agricultura, da agro industrialização e de áreas correlatas serão importantes para o crescimento da renda e do emprego. (RENAI, 2007).

O agronegócio é responsável por cerca de 37% dos postos de trabalho no país, menor diversificação dos alimentos e preços mais caros. Segundo a última Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as famílias do país gastavam 33,9% de seu orçamento com alimentação em meados da década de 70, porcentagem que caiu para 19,8% em 2009. Em termos econômicos, em 2013 o desastre seria maior caso o setor não contabilizasse US\$ 99,97 bilhões em exportações. O saldo da balança comercial de US\$ 2,56 bilhões (o pior desde 2000) ficaria negativo em US\$ 80,41 bilhões se considerarmos o resultado final do saldo da balança comercial do agronegócio, subtraindo as importações na ordem de US\$ 17 bilhões.

O Brasil em 2012 apresentou a sétima posição dentre os maiores PIBs do mundo, com US\$ 2,3 trilhões (IMF, 2012). Ainda, esses investimentos apresentam impactos positivos nas atividades agrícolas do país, e com isso, elevação da sua produtividade de alimentos. Indicadores sugerem que os setores da agricultura, pecuária e agronegócio são de grande importância para a geração do crescimento econômico brasileiro (Figueiredo et al., 2012). Tendo em vista o desenvolvimento agrícola brasileiro, um foco acentuado é destinado às novas tecnologias, fertilizantes e agrotóxicos que aumentem a produtividade (Rodriguez, 2006). O excelente desempenho brasileiro pode ser atribuído a uma série de reforma na política agrícola realizada pelo governo, especialmente nas políticas agrícolas de exportação (Yan et al., 2009).

Em menos de 30 anos o Brasil reverteu sua posição de importador de alimentos para uma posição de um dos “celeiros” mais importantes do mundo. É considerado o primeiro país a alcançar os níveis de produtividade e exportação dos tradicionais “Big Five” (os cinco maiores exportadores de grãos que são América, Canadá, Austrália, Argentina e União Europeia). Entre 1996 e 2006, o valor total das lavouras do Brasil aumentou de R\$ 23 bilhões para R\$ 108 bilhões, representando um aumento de 365% (The Economist, 2010).

O aumento das exportações de carne no Brasil, de tal forma ultrapassou a Austrália, assumindo a posição de maior exportador de carne do mundo. Desde 1990 a produção brasileira de soja passou de cerca de 15 milhões de toneladas para mais de 60 milhões de toneladas. O Brasil detém a segunda posição como maior exportador de soja (perde apenas para os EUA) e é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de soja (FAO, 2012).

Conforme vídeo institucional Embrapa gado de leite, o Brasil é o 4º (quarto) maior produtor de leite de vaca, do mundo. A produção anual gira em torno de 35 bilhões de litros e nos próximos 10 (dez) anos pode chegar a 46 bilhões. A atividade leiteira está presente em todas as regiões, e emprega próximo de 3 (três) milhões de pessoas.

A agricultura brasileira tem alcançado altos níveis de produtividade, dando ao Brasil um destaque mundial como produtor de alimentos. A produtividade agrícola é analisada como fator antecedente do crescimento do PIB. Evidências sugerem que os fatores de produção agrícola brasileiro têm um impacto significativo na sua produtividade e, conseqüentemente, no crescimento do seu PIB. Além disso, o investimento de capital é considerado a variável com maior impacto sobre a produtividade agrícola no Brasil, seguido pelo consumo de fertilizantes. A área de cultivo, uma vez que não apresentou mudança drástica no período considerado, não mostrou um forte impacto sobre a produtividade. Em 2012, o Brasil esteve em sétima posição dentre os maiores PIBs do mundo, em torno de US\$ 2,3 trilhões.

Dentre os fatores que levaram o Brasil a uma posição de destaque na produção de alimentos mundial estão (1) a industrialização e a migração do meio rural para o meio urbano; (2) o crédito financeiro subsidiado, principalmente para financiamento de capital e para a compra de insumos agrícolas modernos; (3) atividades de extensão rural; e (4) o apoio à pesquisa agrícola, sob a liderança da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) (Contini; Martha, 2010).

No contexto da recente crise, o agronegócio tem sido um fator que minimizou os desequilíbrios das contas externas do Brasil, pois a agricultura contribuiu decisivamente para as exportações com saldo comercial setorial positivo da ordem de US\$ 10,84 bilhões de dólares em 1989 e de 75,15 bilhões em 2015, conforme o Quadro1 abaixo:

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part.% (B/A)	Total Brasil (C)	Agronegócio (D)	Part.% (D/C)	Total Brasil	Agronegócio
1989	34,383	13,921	40,49	18,263	3,081	16,87	16,119	10,840
1990	31,414	12,990	41,35	20,661	3,184	15,41	10,752	9,806
1991	31,620	12,403	39,23	21,040	3,642	17,31	10,580	8,761
1992	35,793	14,455	40,38	20,554	2,962	14,41	15,239	11,492
1993	38,555	15,940	41,34	25,256	4,157	16,46	13,299	11,783
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,972	8,613	17,24	-3,466	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,994	23,376	44,11	59,747	8,197	13,72	-6,753	15,178
1998	51,140	21,555	42,15	57,763	8,045	13,93	-6,624	13,511
1999	48,013	20,501	42,70	49,302	5,697	11,56	-1,289	14,804
2000	55,119	20,605	37,38	55,851	5,759	10,31	-0,732	14,845
2001	58,287	23,866	40,95	55,602	4,805	8,64	2,685	19,061
2002	60,439	24,846	41,11	47,243	4,452	9,42	13,196	20,394
2003	73,203	30,653	41,87	48,326	4,750	9,83	24,878	25,903
2004	96,677	39,035	40,38	62,836	4,836	7,70	33,842	34,200
2005	118,529	43,623	36,80	73,600	5,112	6,95	44,929	38,511
2006	137,807	49,471	35,90	91,351	6,699	7,33	46,457	42,772
2007	160,649	58,431	36,37	120,617	8,732	7,24	40,032	49,699
2008	197,942	71,837	36,29	172,985	11,881	6,87	24,958	59,957
2009	152,995	64,786	42,34	127,722	9,900	7,75	25,272	54,885
2010	201,915	76,442	37,86	181,768	13,399	7,37	20,147	63,043
2011	256,040	94,968	37,09	226,247	17,508	7,74	29,793	77,460
2012	242,578	95,814	39,50	223,183	16,409	7,35	19,395	79,405
2013	242,034	99,968	41,30	239,748	17,061	7,12	2,286	82,907
2014	225,101	96,748	42,98	229,154	16,614	7,25	-4,054	80,134
2015	191,134	88,224	46,16	171,449	13,073	7,63	19,685	75,151

Quadro 1 – Balança comercial do agronegócio brasileiro (US\$ milhões)

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

O Quadro 1 mostra o superávit do agronegócio brasileiro, em que o setor tem participação importante para o equilíbrio das contas brasileiras.

O agronegócio brasileiro produz um superávit anual expressivo na balança de exportações. Significa que, se essa fosse a única atividade econômica do País, o Brasil estaria no comércio exterior entre os dez maiores do mundo. Esse setor da economia nacional é responsável, há décadas, pelo significativo crescimento que vem, projetando o Brasil como um dos maiores exportadores de grãos do mundo.

3.5 Desafios do agronegócio no Brasil

Nos últimos anos, poucos países tiveram um crescimento tão expressivo no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Em dez anos, o país dobrou o faturamento com

as vendas externas de produtos agropecuários e teve um crescimento superior a 100% no saldo comercial. Nesta perspectiva o Brasil é referência e potencial para a solução do problema futuro, em relação à demanda de consumo de alimentos, que estima um desafio à produção global: necessitar dobrar até 2050 para atender toda a população mundial.

Apesar dos incríveis ganhos de eficiência e produtividade em muitos setores, do show na renda agrícola, que passou de R\$ 257 bilhões em 2004 para provavelmente mais de R\$ 487,3 bilhões em 2015, e projeção de 488,1 bilhões em 2016 e do salto nas exportações, que passaram de US\$ 20 bilhões em 2000 para praticamente US\$ 100 bilhões, nestes últimos anos a agricultura brasileira passou por algumas transformações que merecem destaque, entre elas, o considerável aumento de custos de produção.

Esse montante coloca o Brasil entre os líderes mundiais na produção de soja, milho, açúcar, café, carne bovina e de frango. Mas todos esses bons resultados, assim como as expectativas futuras, correm sérios riscos de sofrer um pesado revés se os problemas relacionados à infraestrutura logística - o maior obstáculo para o desenvolvimento do agronegócio do Brasil, não forem solucionados.

Um dos grandes entraves é a infraestrutura, em particular a precariedade da malha rodoviária do país. As atuais condições da infraestrutura de transporte e logística do Brasil têm impacto significativo na movimentação da produção agrícola. Dos 84.832 quilômetros avaliados, 37% encontram-se em estado péssimo de conservação e outros 32% possuem alguma deficiência. Em razão desse tipo de problema, regiões com potencial no agronegócio, como o Nordeste, ainda não conseguiram deslanchar. O agronegócio é justamente o que mais sofre com a ineficiência dos canais de transporte, cujas deficiências são responsáveis por prejuízo correspondente a 16% do PIB, segundo estudo do Centro de Estudos de Logística da Universidade do Rio de Janeiro.

O Brasil, apesar de possuir uma extensa malha rodoviária, apresenta uma baixa densidade de cobertura. Diante disso, o governo federal busca, por meio do direcionamento de investimentos ao transporte rodoviário, implementar melhorias que impulsionem o crescimento do país. Segundo o PPA (Plano Plurianual), a prioridade da administração pública é gerir a malha rodoviária brasileira de forma a ampliar seu volume de tráfego sem comprometer suas condições de uso e agregar serviços aos usuários que garantam maior segurança e qualidade aos deslocamentos de pessoas e cargas. Entretanto, após a revisão dos valores alocados em 2013, os programas relacionados ao transporte rodoviário ficaram com

uma dotação de R\$ 43,3 bilhões, 26,7% a menos que o estipulado inicialmente no PPA 2012-2015.

O estudo Transporte & Desenvolvimento - Entraves Logísticos ao escoamento de Soja e Milho, realizado pela CNT, analisa a logística do agronegócio com foco nas cadeias produtivas de soja e milho, que têm participação de 85,8% no volume total de grãos produzidos no país. Identificou os principais gargalos à exportação e propôs soluções para que os custos sejam reduzidos. A CNT analisou as rotas de escoamento de 4 regiões produtoras: Centro-Oeste, Paraná, Rio Grande do Sul e Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia), mostrando as perspectivas de transportadores e embarcadores. O presidente da CNT, Clésio Andrade, ressalta que “a competitividade do agronegócio brasileiro está condicionada à existência de um sistema logístico eficiente”. Os projetos de transporte precisam ser implementados com uma visão sistêmica, integrando ferrovias, portos, hidrovias, rodovias e terminais de transbordo”. As melhorias propostas para o escoamento da safra também favorecem outros setores produtivos.

O gargalo logístico envolve praticamente toda a infraestrutura de transporte do país. As ferrovias, embora tenham recebido investimentos com a privatização, ainda estão longe de suprir a demanda do setor de agronegócio e se consolidar como uma alternativa viável ao transporte rodoviário. Além da ampliação da malha de 30 mil quilômetros de extensão (praticamente igual à do Japão, país 22 vezes menor que o Brasil) é urgente a modernização do maquinário. Com os trens e bitolas atuais, a velocidade média das composições não ultrapassa lentos 25 km/h. (BORGES, 2007).

Ainda de acordo com a mesma fonte, ao mesmo tempo, deixamos de fazer uso de canais de transporte de grande potencial, caso dos 42 mil quilômetros de hidrovias, em que apenas 10 mil quilômetros são efetivamente utilizados. Como resultado, sistemas como o do Tietê-Paraná, com 2,4 mil quilômetros e que consumiu US\$ 2 bilhões em investimentos públicos em vários governos, escoam apenas 2 milhões de toneladas de carga/ano, apenas 10% de sua capacidade total.

No transporte marítimo de cabotagem (outro canal com grande potencial no Brasil) assistimos a uma situação semelhante. Embora a privatização tenha contribuído para a modernização dos portos, o excesso de mão-de-obra (que chega a ser de três a nove vezes superiores aos portos europeus e sul-americanos) ainda mantém os padrões de produtividade baixos. Enquanto o índice internacional de movimentação é de 40 contêineres/hora, nos portos brasileiros essa média é de 27. É um dos motivos pelos quais todos os anos caminhões

formam filas de até 150 quilômetros de extensão para descarregar suas cargas no porto de Paranaguá (PR).

Consciente de que sozinho não conseguirá reverter esse quadro, o governo federal já busca o apoio da iniciativa privada. Por meio do plano de Parceria Público-Privada, que pretende investir R\$ 13,68 bilhões em 23 projetos de reformas em rodovias, ferrovias, portos e canais de irrigação nos próximos anos. Na certeza que só as parcerias público-privada, não será suficiente para dotar o país de boa infraestrutura, o Governo Federal criou o (PAC) Programa de Aceleração do Crescimento lançado no começo de 2007, foi concebido para eliminar esse descompasso e afastar o risco de gargalos nos próximos anos. (PAC, 2009).

O objetivo do programa é aumentar o investimento em infraestrutura para: eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais. Os investimentos em Infraestrutura logística do PAC previstos até 2018 são de R\$ 4,9 bilhões de reais. Entre os empreendimentos concluídos de infraestrutura logística em 2015 estão 270 quilômetros de rodovias, 163 quilômetros da ferrovia Transnordestina (PE), dois terminais hidroviários de passageiros na Região Norte, o Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), a recuperação do pátio do Aeroporto Santos Dumont (RJ) e a ampliação dos aeroportos de Santarém (PA) e Tabatinga (AM).

É preciso destacar também que, além dos recursos, a iniciativa privada ainda tem muito a contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura do país, incentivando a criação de polos intermodais de transporte (integração entre os sistemas rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo) para redução de custos e aumento do nível de serviços.

Outro obstáculo sério ao desenvolvimento pleno do agronegócio está relacionado ao sistema tributário. Com uma economia aberta ao exterior, isto é, com possibilidade de exportar e importar qualquer produto do agronegócio, a carga tributária deve ser compatível com a dos nossos competidores. Como nossos concorrentes, inclusive no Mercosul, têm impostos baixos, fica difícil ao produtor brasileiro competir nos mercados externos; vezes há que perde o próprio mercado interno porque os produtos importados chegam mais baratos.

Não há como o produtor rural e a agroindústria serem competitivos com governos vorazes em criar novos impostos, aumentar os atuais e com mecanismos complexos de arrecadação, o que aumenta os custos de produção. A reforma tributária é urgente, com diminuição da carga e simplificação dos procedimentos na tributação. Além das medidas de

controle sanitário que também estão na relação de assuntos importantes que vêm sendo negligenciados pelo governo.

O potencial de prejuízos que isso pode acarretar aos produtores já foi demonstrado nos últimos anos. Por causa do surgimento de focos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul e no Paraná, segundo Seibel (2007) mais de 50 países impuseram embargo à carne bovina desses estados, que estão entre os maiores produtores nacionais. Além do embargo à carne bovina, o agronegócio brasileiro sofreu com o surto de gripe aviária, que prejudicou as exportações mesmo de países que não registraram casos da doença (como o Brasil).

Como se vê, os obstáculos para o crescimento do agronegócio brasileiro são imensos, mas as soluções também existem e precisam ser colocadas em prática. As principais soluções para os entraves logísticos do país, são a ampliação dos níveis de investimento em infraestrutura e a viabilização de condições legais e regulatórias favoráveis ao desenvolvimento do sistema logístico nacional. Só com a ampliação dos investimentos públicos e o fomento à participação da iniciativa privada na construção e melhoria da infraestrutura logística brasileira será possível reduzir os custos de distribuição da produção e favorecer o crescimento da economia nacional.

O mundo precisa comer e a estimativa é de que a produção de alimentos aumente ainda mais nos próximos 40 anos. Isso é o que apresenta o relatório de ‘Recursos Mundiais: Criando um futuro Sustentável para Alimentação’, publicado pelo Programa das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento, o Meio Ambiente, o Banco Mundial e o Instituto de Recursos Mundiais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo passa a ser grande fonte para se fomentar agentes nas diversas atividades que o espaço agrário proporciona. Que se soma às questões que envolvem, desde a sobrevivência das pessoas que vivem nesse espaço até a produtividade, a rentabilidade e a competitividade que possam ser geradas pelas empresas rurais.

O agronegócio brasileiro, assim como outros setores da economia tem passado por transformações, em geral, relacionadas a tecnologias. Essas transformações têm levado produtores da agropecuária a procurarem novas formas de produção, resultando na grande dinamização no setor. No entanto, as crescentes pesquisas relacionadas às capacidades empreendedoras no meio rural necessárias à implantação dessas técnicas, ainda mostram grandes oportunidades de expansão do assunto.

O Brasil apresentou um crescimento econômico acentuado nas últimas décadas, sendo que grande parte desse crescimento se deve às atividades agrícolas.

De acordo com a revisão bibliográfica realizada, constata-se a importância do agronegócio à economia brasileira e a posição que ele chegou no cenário nacional atual. Portanto, se tornou o setor chave para que o Brasil se inclua no comércio mundial. Apesar das grandes vantagens encontradas no agronegócio brasileiro e das suas boas perspectivas futuras, o mesmo encontra muitos problemas e desafios a serem superados que dependem, essencialmente, de investimentos tanto públicos como privados, bem como de mudanças nas políticas econômicas internas.

Como se vê, os obstáculos para o crescimento do agronegócio brasileiro são grandes, mas podem ser superados. Segundo Padilha Junior (2004), muito embora o potencial de comércio do agronegócio brasileiro seja muito grande, já poderia ser maior do que é atualmente, mesmo assim, o Brasil ocupa lugar de destaque entre os demais países. Com isso, pode-se perceber que ainda falta muito para que o Brasil se torne a maior potência do agronegócio do mundo, pois é competitivo em algumas cadeias produtivas. Além do mais, as políticas econômicas impedem que o rendimento seja maior e os problemas de logística geram custos elevados, mas pode-se concluir que o agronegócio é um fator importância na economia nacional.

Recentemente, o Governo lançou o Plano Agro+ , são medidas para reduzir burocracia no agronegócio, segundo o Ministério da Agricultura vai atender reivindicações de 88 entidades representativas do setor. Tais análises sugerem que, para o país alcançar os desejados patamares de desenvolvimento, crescimento e produtividade, devem ser desenhados novos instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento, de natureza diversa dos que hoje são empregados.

Contudo, o agronegócio brasileiro é persistente e, apesar desses obstáculos, ocupa a cada dia lugar no cenário nacional e mundial. Isto implica dizer que as vantagens apresentadas como terras abundantes, potencial de produção, climas favoráveis, imensa disponibilidade de água doce e energia renovável e sua capacidade empresarial falam mais alto do que qualquer problema, fazendo do agronegócio o nosso negócio.

Ao impactar direta e indiretamente tão significativamente no PIB, o desempenho da agropecuária torna-se decisivo na explicação da evolução da economia do país. O agronegócio nacional é responsável, em média, por ¼ do PIB nacional, evidenciando o peso

do setor de produção rural e todos os seus encadeamentos para frente e para trás, na economia nacional.

No desenvolvimento do artigo foram conceituados termos como: características empreendedoras, empreendedorismo e desenvolvimento rural, com o propósito de caracterizar tais noções para melhor entendimento do agronegócio, bem como conceituação, perspectivas, medidas, desafios, e seu histórico. A avaliação generalista dos conceitos torna o estudo pouco detalhista. Logo, sugere-se a condução de estudos adicionais que visem identificar os fatores que impactam significativamente no empreendedorismo rural, desenvolvimento socioeconômico do agronegócio no Brasil e produtividade agrícola, já que tais atividades apresentam fortes impactos no desenvolvimento econômico da nação.

Conclui – se que o empreendedorismo é de fundamental importância como estratégia de negócios, orientando o empreendedor nas suas decisões, diminuindo os riscos e transformando ideias em oportunidades. Portanto, segundo Rosado (2004, p. 65), o agronegócio é, hoje – e com certeza continuará sendo -, o pilar de sustentação de nossa economia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- AGRONEGÓCIO. Wikipédia [s.l., s.d.]. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/empreendedorismo>>. Acesso em: 01 jul.2016.
- ARAUJO, NB; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. A Complexo Agroindustrial - o "Agribusiness Brasileiro", Agroceres, São Paulo, 1990, 238 p.
- BRASIL - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 06-jul-2016.
- BRASIL, SUCCESSFUL FARMING. Governo anuncia medidas para reduzir burocracia no agronegócio. Ministério da Agricultura vai atender reivindicações de 88 entidades representativas do setor. DISPONIVEL EM: <<http://www.SFAGRO.UOL.COM.BR/PLANO-AGRONEGOCIO/>>. Acesso em: 24 ago 2016.
- CELLA, D.; PERES, F.C. Caracterização dos fatores relacionados ao sucesso do empreendedor rural. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, v.37, n.4, p.49 - 57, out./dez. 2002.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA. Disponível em: <<http://www.cna.org.br/site/agencia/>>. Acesso em: 09 jul.2009.
- CONTINI, E.; MARTHA JUNIOR, G. B. Brazilian agriculture, its productivity and change. Bertebos Conference on "Food security and the futures of farms: 2020 and toward 2050". Falkenberg: Royal Swedish Academy of Agriculture and Forestry, August 29-31, 2010.
- DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. A concept of agribusiness. Boston: Harvard University. 1957. 135 p.
- EMBRAPA, gado de leite. Video institucional. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=hPVsXDYANh4/>>. Acesso em: 23 ago, 2016..
- FALCONE, T.; OSBORNE S. Entrepreneurship : a diverse concept in a diverse world. Anais: IberoAcademy: Academy of Management. Faculdade de Economia - Universidade Nova de Lisboa. Lisbon, Portugal - December, 8-11,2005.
- FAO – Food and Agriculture Organization of United Nations. 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/fs-data/ess-fadata/en/>>. Acesso em: 20 ago, 2016.
- FERREIRA, P. C.; MALLIAGROS, T. G. Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil – 1950-1995. Pesquisa e Planejamento Econômico. v. 28, n. 2, p. 315-338, 1998.

FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L.; LIMA, J. F. Importância do agronegócio para o crescimento econômico de Brasil e Estados Unidos. *Revista Gestão & Regionalidade*, v. 28, n. 82, pp. 5-17, 2012.

GOMES, V.; PESSÔA, S. A.; VELOSO, F. Evolução da Produtividade Total dos Fatores na Economia Brasileira: Uma Análise Comparativa. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 33, n. 3, 2003.

HISRICH, R. D. & PETERS, M. P. *Empreendedorismo*. 5ª ed. São Paulo: Brookman, 2004, p. 26-29, 43.

MAPA, Ministério da Agricultura. Comercio exterior da agropecuária brasileira – principais produtos e mercados. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/Estudo/PUBEstudosComExt APAP2012.pdf>>. Acesso em: 18 jul 2016.

PAC. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br>>. Acesso em: 22 ago.2016.

PADILHA JUNIOR, João. B. O Impacto da Reserva Legal Florestal sobre a Agropecuária Paranaense, em um Ambiente de Risco. Curitiba, 2004. Dissertação (Doutorado em Ciências Florestais), Universidade Federal do Paraná.

RENAI. A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento. O Setor de Agronegócio no Brasil: Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: < <http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/intern>>. Acesso em: 29 jul.2016.

REVISTA JOVENS PESQUISADORES. Perfis e características do empreendedor de negócio e do empreendedor social: um estudo exploratório. ANO V, N. 9, JUL./DEZ. 2008. related:www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/download/819/343 PERFIS E CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDOR DE NEGÓCIO E DO EMPREENDEDOR SOCIAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO. Acesso em: 07 set.2016.

RODRIGUEZ, R. Agricultural development and trade liberalization. *Agro-Food Chains and Networks for Development*. v. 14, p. 29-39, 2006.

ROSADO, Berfran. O agronegócio gaúcho e o mercado internacional. In: Almanaque do agronegócio gaúcho. Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/download/capc/almanaque.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

SANTOS, Milton. Modo de produção técnico científico e diferenciação espacial. *Revista Território*. Vol. 4 (6), 5-20. janeiro-junho. 1999.

SEIBEL, Felipe. O novo salto do agronegócio. Exame. Disponível em: < <http://www.portalexame.abril.com.br/berto/anuarioagrone>>. Acesso em: 29 jul.2016.

SILVA, J. Graziano da. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia: Belo Horizonte; v.7, nº 1, 1997. p. 43 -81.

SOUZA, R. A administração da fazenda. São Paulo: Globo, 1992.

THE ECONOMIST. The miracle of the cerrado: Brazil has revolutionized its own farms. Can it do the same for others. Aug 26th, 2010. UNSD – United Nations Statistics Division. 2012. National Accounts Main Aggregates Database. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/snaama/selbasicFast.asp>>. Acesso em: 20 aug, 2016.

VILARINHO, Maria Regina. Questões sanitárias e o agronegócio brasileiro. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/embrapa/>>. Acesso em: 22 jun.2016.

WIKIPEDIA. Disponível em: <www.wikipedia.com.br>. Acesso em: 01 jul.2016.

YAN, Y.; YI-XIANG, Z.; YI, L. The Policies for Promoting Agricultural Export in Brazil and the Reference Meaning to China. Proceedings of 2009 International Conference on Public Administration (5th). v. 2, p. 919-923, 2009.

ZUIN, Luís Fernando Soares & QUEIROZ, Timóteo Ramos (org). Agronegócio: gestão e inovação. São Paulo. Saraiva, 2006.

ABSTRACT

Entrepreneurship in rural context favors the support of the national economy, for both have been transformed into incentives for development of rural entrepreneurial programs. The following article aims to present the importance of rural entrepreneurship, focusing on the importance of agribusiness development for the Brazilian economy. Because of rapid growth, the importance of agribusiness to the economy has been very valuable as a tool for development and growth of the country, contributing to the achievements, challenges and competitiveness in globalization. The Brazilian GDP growth has a strong relationship in agribusiness results, and this depends on structural changes and incentive policies to support this growth. Thus, the theme of the course will be analyzed the relevant aspects of the agribusiness and its impact on the country's development. The theme is justified by the importance of this issue in the socio-economic scenario of the country. Its main objective is the description and understanding of Brazilian agribusiness through entrepreneurial vision. This qualitative descriptive study shows the setting and the importance of agribusiness for economic development of the country. This analysis is a theoretical study through literature. The literature was essential to give a theoretical and analyze all changes occurring in the agricultural sector, where farmers need to develop skills and entrepreneurial characteristics, contributing to the rural areas, and then to the country.

Keywords: Rural Entrepreneurship - Development - Agribusiness.